BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Abril – Maio - Junho- ISSN 2175-9103 Nº75

Boletim Número 75
Data: Abril – Maio - Junho/2017

EDITORIAL

O Boletim nº 75 oferece ao público leitor, nas colunas Em Foco, um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no segundo trimestre de 2017. O primeiro artigo da referida coluna, reporta as decisões do presidente norte – americano Donald Trump, que determinam a suspensão dos acordos entre EUA e Cuba, desenvolvidos pelo governo de Barack Obama. O segundo artigo, assinado por Carlos Aznárez, analisa o desenvolvimento das tensões políticas na Venezuela e alerta sobre o risco que representa a ascensão da direita neste país. O terceiro artigo apresenta um questionamento ao discurso sobre o déficit da previdência social no Brasil, materializado em cartilha sobre o tema, lançada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip). A quarta notícia apresenta a greve geral realizada na Argentina. O quinto texto noticia a condenação à prisão de 106 ex – agentes da ditadura Pinochet. Na coluna Espaço Aberto colocamos em destaque a situação política na Venezuela, com um texto que ressalta a ingerência externa que aprofunda a grave situação política do país. Ainda neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dr. Paulo Roberto de Andrade Castro
Bolsista PNPD/ CAPES Pesquisador do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Trump recua na aproximação com Cuba

Por Jan Martínez
Ahrens & Pablo de Llano
18/06/2017

De volta à retórica do chicote, presidente dos EUA vai limitar as viagens à ilha, proibirá relações comerciais e estabelecerá metas para forçar avanços nos direitos civis.

Donald Trump decidiu levar o frio para Cuba. Trinta meses depois que Barack Obama iniciou a histórica aproximação com Havana, o presidente dos EUA vai recuar no processo de abertura. Vai limitar as viagens à ilha, proibirá o fluxo comercial e vai retornar à retórica do chicote. É um triunfo da linha dura, defendido por setores anticastristas da Flórida que o apoiaram nas eleições, e que Trump apresenta hoje ao mundo como um avanço dos direitos humanos e das liberdades. "Hoje nasceu uma nova política. Dou por cancelado o acordo de Obama. Não apoiaremos o monopólio militar que oprime os cubanos", disse o presidente dos EUA.

Trump é imprevisível em tudo, menos em demolir o legado de Obama. Nessa área, o presidente anda em uma linha reta e, sempre que possível, ataca. Fez isso com o Obamacare e agora tenta com Cuba. O resultado, como é habitual com ele, termina sendo irregular. Nem foi capaz de desmantelar toda a reforma da saúde nem, agora, fechar completamente as portas para Cuba. Nesse sentido, em que pese a grandiloquência de seu discurso, a virada na política não é total. Algumas medidas permanecem. As remessas não foram tocadas, não foram proibidos voos comerciais nem o tráfego de cruzeiros e tampouco volta a política de “pés secos, pés molhados” que permitia aos cubanos entrar sem visto nos EUA.

Mas o golpe não deixou de ser duro. Os dias virtuosos da diplomacia americana acabaram. O delicado jogo de equilíbrios que Obama utilizou, os contatos secretos com o Vaticano, o próprio aperto de mão entre o ex-presidente dos EUA e Raul Castro no Panamá são desde hoje parte do passado.

Com Trump, Cuba volta a correr no campo de tiro. Qualquer avanço bilateral ficará submetido a aprovação ideológica de Washington. "Sabemos o que se passa lá e não esquecemos. Cuba deve legalizar os partidos políticos, permitir eleições supervisionadas, liberar os presos e entregar os fugitivos. Enquanto não houver liberdade, haverá restrições", disse Trump no simbólico Teatro Manuel Artime, nomeado em homenagem a um dos líderes da Brigada 2506 que desembarcou na Baía de Porcos para tentar derrubar Fidel Castro.

“Haverá cotas, de modo que se houver libertação de presos ou eleições, vamos avançar”, disse um porta-voz da Casa Branca

Foi um discurso, em tudo, beligerante e destinado a inflamar os anticastristas. Trump lançou todo seu poder de fogo contra o regime. Acusou-os de dar amparo a criminosos de fugitivos, vinculou-os com a Coreia do Norte, com o terrorismo internacional e com as turbulências venezuelanas. Traçou um discurso forte em que ressuscitou até a crise dos mísseis, na década de 1960. "Em Havana seguem governando aqueles que mataram milhares de seus cidadãos", demarcou para justificar sua "nova política".

Seu principal objetivo é desencorajar o acordo com o regime cubano. Para isso proíbe, com alguma exceção aeroportuária e marítima, todas as transações financeiras com o conglomerado militar da ilha. O principal afetado será o Grupo de Administração Empresarial (Gaesa), um guarda-chuva empresarial através do qual as forças armadas e os serviços de inteligência controlam 60% da economia cubana. Uma infinidade de linhas de capital na ilha passa por esta corporação. Hotéis, entidades de exportação e importação, supermercados, redes de lojas de roupas, recepção de remessas, restaurantes, portos, transferências bancárias, aluguel de imóveis... Proibir o comércio com Gaesa afeta toda a atividade econômica do país, estatal e de pequenos empresários porque os tentáculos do conglomerado deixam poucos cantos intocados.

O outro grande retrocesso acontecerá nas viagens para a ilha. Embora o turismo continuava proibido com Obama, as viagens aumentaram através da criação de 12 categorias de viagens, de visitas familiares a projetos humanitários e atividades culturais. A abertura administrativa nas justificativas, que dependia basicamente de informações do viajante, permitiu que quase qualquer norte-americano pudesse visitar Cuba. O resultado foi fulgurante. Só nos primeiros cinco meses deste ano, 285.000 norte-americanos viajaram para a ilha, tantos como em todo 2016, e o cálculo era que se a dinâmica continuasse sem travas até o final do ano o número seria superior a 400.000.

Com o objetivo de congelar essa atividade crescente, Trump vai exigir maior controle administrativo de cada viagem e se prepara para estrangular uma das formas mais generalizadas, a chamada “pessoa a pessoa”, que permite viagens a Cuba fora de grupos organizados alegando motivos educacionais. Em princípio, estarão a salvo da proibição as viagens familiares de cubano-americanos. Isso significa um alívio para muitos lares da ilha que vivem das remessas dos emigrantes e que iniciam seus negócios particulares com os dólares enviados do outro lado do Estreito da Flórida.

Os detalhes técnicos das medidas de pressão serão estabelecidos legalmente nas próximas semanas e meses. Será um processo gradual, mas com um objetivo claro: reverter a abertura e voltar aos tempos de controle permanente. “Quando os cubanos fizerem mudanças concretas, estaremos preparados para voltar a negociar um acordo”, disse o presidente.

A mudança responde a um interesse eleitoral de Trump. No começo, quando era candidato nas primárias, se declarou partidário da aproximação, mas à medida que foi precisando de forças para vencer Hillary Clinton se aproximou de zonas mais intransigentes, buscando o apoio dos anticastristas e de senadores como Marco

Rubio na Flórida, um Estado que foi central para sua vitória na eleição de novembro. Em troca, o presidente oferece agora não apenas um endurecimento bilateral, mas a recuperação da retórica agressiva e a beligerância diplomática na ONU. É a volta do frio.

Link: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/16/internacional/1497575394_414329.html

Em Foco II

La cuestión es impedir que el fascismo se adueñe de Venezuela

Por Carlos Aznárez

22/05/2017

El plan imperial de azuzar a los sectores más fascistas de la oposición venezolana para convertir las calles de Caracas y otros puntos del país en lo que fueron los inicios de la gran invasión terrorista en Siria, sigue funcionando a todo vapor. Día a día, a todas las iniciativas de guerra descargadas sobre Venezuela Bolivariana (la económica y la mediática como señal más distintiva de la embestida derechista) se suma una violencia ciega, desalmada, repulsiva, que parece ser la matriz que amenaza imponerse entre esa mezcla de hordas juveniles de lúmpenes en que se han convertido Voluntad Popular y otros grupos acicateados por Leopoldo López y Capriles Radonski.

La tremenda escena de un joven manifestante quemado vivo, acuchillado, golpeado con saña. Incluso cuando después que el fuego arrasara sus ropas y su cuerpo fuera destruido casi en un 80 por ciento, no faltaron energúmenos que lo seguían azotando impidiéndole llegar hasta un sitio donde pudiera ser auxiliado. Esto no es oposición y mucho menos pacífica como siguen sosteniendo el secretario de la OEA, Luis Almagro y buena parte de los presidentes obsecuentes de Washington, con Mauricio Macri , Horacio Cartes y Pedro Pablo Kuscinsky a la cabeza (Temer está ahora más preocupado en no ir preso por corrupto) sino que esto es lisa y llanamente la cara más brutal de lo que siempre auspicia el imperialismo en cada uno de los territorios que intenta destruir para luego adueñarse de ellos. El Medio Oriente es la mejor matriz para damos cuenta de ellos. Practican fascismo puro, de un estilo muy parecido al que el ISIS ha venido desarrollando en Iraq, Libia y Siria, donde a una atrocidad se le impone otra.

Es probable que esta escalada violentista continue, ya que la permanente entrada de paramilitares colombianos no se detiene y tanto el presidente Juan Manuel Santos como Alvaro Uribe Vélez están unidos en la cruzada anti chavista. No es casualidad la involución producida con el aval del gobierno y la justicia colombiana del proceso de paz, tampoco asombran los consejos dados a Santos por senadores republicanos y por el propio Donald Trump para que desde Bogotá se generen las condiciones para una eventual ofensiva final contra el gobierno de Nicolás Maduro. Todo coincide en generar un clima donde no se tengan en cuenta ninguna de las propuestas de diálogo realizadas por Maduro, incluida la de la Asamblea Constituyente, que tanto reclamaba en su momento el arco opositor. Lo que se busca, igual que en Siria contra Bachar Al-Assad, es el derrocamiento, la humillación, y la posterior destrucción de todos los avances logradas durante estos 18 años de chavismo.

Frente a esta situación compleja, resulta asombroso y meritorio comprobar como a pesar de todo, el gobierno sigue ejerciendo su poder para mantener las conquistas sociales, sacando adelante las Misiones en sus mas variados aspectos, desde la Salud hasta las de Educación, terminado de construir 1.600.000 viviendas y entregándoselas a quienes más las necesitan. Por su parte, los Comités Locales de Abastecimiento y Producción (CLAP) siguen generando la posibilidad de que los sectores más humildes accedan a productos alimenticios o medicamentos que les niega la especulación criminal.

Toda esta gobernabilidad social y de características revolucionarias, atendiendo a como están las cosas en otros países ganados por el neoliberalismo, son la razón fundamental del continuo apoyo que el chavismo de abajo le sigue otorgando a Maduro. El otro elemento que la oposición no ha podido quebrar es la lealtad de las Fuerzas Armadas, y la conjunción de ambos bloques solidifican el búnker donde hasta ahora se han estrellado todos los intentos golpistas. Es importante que quienes gobiernan no pierdan esto de vista, ya que es precisamente desde los barrios y enclaves militantes del chavismo que se exige que la actual situación se enfrente con más radicalidad, no cediendo un ápice a las provocaciones derechistas pero tampoco a los cantos de sirena social demócratas que apuestan a un chavismo contrario a los que siempre impulsó su gestor, el Comandante Hugo Chávez.

Tampoco hay que descartar que en algún momento de esta ofensiva reaccionaria, quienes dirigen el plan operacional contrainsurgente no se conformen con las algaradas de la violencia fascista y decidan pasar a una etapa superior, invadiendo el país desde Colombia u otras plataformas similares. Y que lo hagan, tercerizando la intervención directa, como hizo la OTAN en

Medio Oriente a partir de equipar y llenar de dólares las mochilas de los terroristas. Para ello, en la versión caribeña de este plan injerencista, intentarían apelar al concurso de los paramilitares buscando la luz verde del gobierno santista y el uribismo. Es para esa etapa, que más allá de la respuesta que le ofrezcan pueblo y ejército chavista, se hará imprescindible la solidaridad internacionalista en todas sus variantes.

Ante esta posibilidad, quienes se reivindiquen bolivarianos, chavistas y antiimperialistas en todo el continente deberían estar preparados para estar a la altura de las circunstancias de lo que Venezuela precise. Sobre todo, sabiendo lo que ha sido y son a nivel cooperación desinteresada el pueblo y el gobierno venezolano, partiendo de las veces que la Revolución Bolivariana ha acudido en apoyo a otros pueblos que sufrían necesidades o eran chantajeados por no someterse al Imperio.

Es por ello, que analizando autocríticamente lo hecho hasta el presente, se debe fijar -como ya lo han hecho los Movimientos hacia el ALBA- la prioridad del accionar en sostener el proceso encabezado por Maduro, a la vez multiplicar la presencia en las calles cada vez que se convoque a apoyar a Venezuela y repudiar a los fascistas que la atacan. Es indispensable también denunciar lo que allí ocurre, desmentir con información veraz lo que los medios hegemónicos de cada uno de los países se encargan de tergiversar, y por último estar en permanente alerta para evitar que esa guerra imperialista confunda y aliene a quienes se dicen de "izquierda" y terminan derrapando por derecha a la hora de hablar de Venezuela. Nadie, absolutamente nadie que se reclame del campo popular puede ignorar que si cayera el gobierno chavista la oleada de terror y revanchismo no solo golpearía al pueblo venezolano sino que se podría extender a todos los países donde el Imperio tiene discípulos y teje complicidades con EE.UU.

La suerte de la Patria Grande se juega en esta pulseada entre quienes apuestan a la defensa de la democracia participativa revolucionaria y aquellos que mediante el terror tratan de implantar el fascismo y entregarle el país a las corporaciones trasnacionales.

La izquierda mundial en todos sus matices no le puede fallar al pueblo bolivariano y a sus ansias de paz.

Link: http://www.resumenlatinoamericano.org/2017/05/22/la-cuestion-es-impedir-que-el-fascismo-se-adueno-de-venezuela-por-carlos-aznarez/

Em Foco III

Auditores fiscais publicam cartilha da Previdência que contrapõe discurso de déficit

Por Cristiane Sampaio
23/08/2016

O material foi apresentado na Câmara Federal nesta terça (23) durante sessão da Comissão de Seguridade Social e Família

Alvo de uma disputa antiga que envolve atores políticos, econômicos e midiáticos, a Previdência Social está no centro das atenções da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), que lançou nesta terça-feira (23) uma cartilha para esclarecer detalhes sobre o tema.

O material foi apresentado na Câmara Federal durante sessão da Comissão de Seguridade Social e Família e envolveu parlamentares e membros da sociedade civil organizada.

O assunto tem se sobressaído no cenário político nos últimos meses porque o governo interino de Michel Temer vem defendendo mudanças no regime. Entre outras coisas, o Planalto objetiva aumentar a idade mínima para aposentadoria, sob a argumentação de que a Previdência amargaria atualmente um rombo de R$ 146 bilhões.

Com base nesse horizonte, a equipe econômica de Temer trabalha para formular uma proposta de reforma a ser enviada ao Congresso. O governo defende que a medida seria essencial para equilibrar o orçamento e conter o endividamento.

O posicionamento governista vem sendo bombardeado por parlamentares e especialistas que se debruçam sobre o assunto. Durante o lançamento da cartilha nesta terça-feira (23), deputados criticaram o governo Temer e destacaram a desinformação que circunda o tema.

"Se perguntarem a qualquer pessoa por aí se a Previdência está quebrada, ela vai dizer que sim, de tanto que se repete isso, mas a verdade é que a discussão vem sendo feita sem sustento teórico e técnico, portanto, de forma irresponsável. Nós precisamos pautar esse debate pela análise crítica, e não pelas paixões políticas", defendeu a deputada Angela Albino (PCdoB-SC).

Para o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), o discurso governista estaria dando sustentação a interesses escusos. "O IBGE divulgou uma pesquisa mostrando que a expectativa de vida média do povo brasileiro é de 70 anos, ou seja, aumentando a idade mínima possível para a aposentadoria, as pessoas vão morrer trabalhando, sem poderem se aposentar nunca. (…) Eles dizem que a Previdência é deficitária porque querem repassar a conta da crise para os trabalhadores. Esse é um discurso voltado aos interesses do mercado, das elites econômicas, das grandes corporações, que querem maximizar seus lucros sem arcar com os custos sociais que representam os direitos dos trabalhadores", afirmou Wyllys.

O psolista defendeu que o país coloque o combate à sonegação entre as prioridades. "Mesmo que a Previdência estivesse deficitária, o caminho certo a ser trilhado não seria esse de elevar o tempo de trabalho, de retirar direitos. O correto seria mirar sobretudo a sonegação, porque os sonegadores são muitos. Eles não pagam suas dívidas com o Estado, nem o Estado cria mecanismos pra isso. Os problemas dos cofres públicos vêm muito mais do fato de os ricos sonegarem do que propriamente da Previdencia estar deficitária, como eles insistem em dizer", completou.

Na mesma linha, a deputada Zenaide Maia (PR-RN) defendeu medidas mais direcionadas à tributação das elites. "Quando se fala em crise, eles pensam logo em retirar direitos dos trabalhadores, mas ninguém fala em mexer em juros de dívida interna, por exemplo. O país tem usado 50% de tudo o que se arrecada só para pagar dívida. Acho que já está mais do que na hora de taxar grandes fortunas. A crise não pode ser usada pra concentrar ainda mais riquezas e tirar do povo o que é direito seu. Por que quem produz e trabalha é que tem que pagar por isso? Está errado", considerou.

Dados

Durante o lançamento da cartilha nesta terça-feira (23), a Anfip classificou os dados apresentados pelo governo sobre a Previdência como uma "falácia". Enquanto o governo Temer sustenta a existência de um rombo de R$ 146 bilhões, os especialistas afirmam que, em 2014, por exemplo, teria havido superávit de R$ 53 bilhões.

Segundo a Anfip, os governos, ao longo do tempo, têm demonstrado cálculo de déficit porque consideram apenas parte das contribuições sociais, incluindo somente a arrecadação previdenciária direta urbana e rural, excluindo outras fortes importantes, como o Cofins, o Pis-Pasep, entre outras, além de ignorar as renúncias fiscais.

"Eles falam em déficit, mas a Constituição Federal não isola a Previdência. Ela está dentro da seguridade social e da saúde, uma mesma fonte de recursos. Então, não se pode pegar só a guia previdenciária e dizer que existe um rombo. Além disso, eles gostam de dizer que a Previdência é o maior dispêndio, mas, na verdade, ela só representa 22% do orçamento anual, incluindo servidores públicos e trabalhadores da esfera privada. Então, esses dados que trazemos no material que está sendo lançado são importantes porque ajudam a combater a desinformação", salienta a presidente da Fundação Anfip, Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão, ressaltando que o país tem 52 milhões de contribuintes.

Ela também destaca a importância do modelo solidário que caracteriza a Previdência Social no Brasil. "Ao longo da vida do cidadão, esse componente é muito importante porque, por exemplo, em algum momento, a trabalhadora vai parar pra licença-maternidade. O trabalhador pode parar porque quebrou a perna. Então, o mais importante da Previdência pública é que ela é solidária. Os ativos pagam e os idosos, por exemplo, que já deram a contribuição deles, precisam ser sustentados. Está surgindo no Brasil um discurso de que só deve

receber da Previdência quem consegue pagar. Ora, mas tem gente que já nasce doente e nunca vai conseguir contribuir. Nós vamos matá-los? Essa é uma ótica individualista, e não solidária", criticou a dirigente.

Para o presidente da Anfip, Vilson Romero, uma possível reforma previdenciária injusta traria no horizonte sérios riscos para o país.

"O que mais preocupa é que o governo atual tem falado em idade mínima de aposentadoria tendo como paradigma os países desenvolvidos. O Brasil, infelizmente, tem outro contexto. [O país] está eternamente em vias de desenvolvimento e não consegue sequer acompanhar os seus parceiros do BRICS, Rússia, China, África do Sul. Então, não se pode usar como parâmetro os países escandinavos e a União Europeia, pois lá o retorno da carga tributária é muito mais elevado e dá suporte à população. Precisamos pensar conforme a nossa realidade", argumentou Romero.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2016/08/23/auditores-fiscais-publicam-cartilha-da-previdencia-que-contrapoe-discurso-de-deficit/

Em Foco IV

Greve geral convocada por confederação na Argentina interrompe circulação de trens, ônibus e aviões

Opera Mundi
06/04/2017

Houve queda no tráfego de veículos em Buenos Aires, e empresa Aerolineas Argentinas cancelou voos nacionais e internacionais; ato é para protestar contra medidas econômicas de Macri

A Argentina começou esta quinta-feira (06/04) com uma greve geral convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), para protestar contra as medidas econômicas do governo de Mauricio Macri, com grande impacto no transporte público. Há piquetes por todo o país.

Houve uma grande queda no tráfego de veículos a partir da meia-noite (hora local), na Grande Buenos Aires, com relação aos dias normais de trabalho.

Poucos veículos de transporte público estão funcionando – praticamente, somente os táxis estão circulando pelas ruas da capital argentina. Também diminuiu o trafego de caminhões que circulam à noite pelas avenidas Huergo e Madeiro, que ligam os principais setores portuários de Buenos Aires.

A empresa Aerolíneas Argentinas cancelou seus voos nacionais e internacionais, que sairiam dos aeroportos de Ezeiza e Aeroparque, por conta da greve, da qual participam a Associação do Pessoal Técnico Aeronáutico (APTA) e a Associação do Pessoal Aeronáutico (APA).

O governo de Buenos Aires decretou a gratuidade dos pedágios das estradas e dos estacionamentos públicos durante o dia de greve, a fim de incentivar os trabalhadores a comparecerem em seus postos de trabalho em seus próprios veículos.

O ministro do Sistema Federal de Meios Públicos, Hernán Lombardi, disse, em entrevista à emissora TN, que há uma “dimensão política” no ato patrocinada pela oposição. Para o representante da Casa Rosada, esses grupos teriam passado a vislumbrar uma “melhora na situação econômica” do país. Lombardi denunciou também a existência de "lideranças ocultas" que estariam planejando uma "interrupção abrupta" do governo de Mauricio Macri.

Os índices econômicos, no entanto, não apontam para esta melhora na economia citada por Lombardi. Em fevereiro, a inflação no país, por exemplo, atingiu 2,5%, de acordo com números divulgados pelo Indec (Instituto Nacional de Estatísticas e Censos). Em janeiro, o aumento havia sido de 1,3% e, em 12 meses, o índice já atingiu 25,4%, com crescimento de 3,5% só no primeiro bimestre do ano.

A meta do Banco Central do país é de 17% para 2017, mas analistas ouvidos pela imprensa do país já consideram difícil que ela seja atingida, tamanho o incremento nos dois primeiros meses. A título de comparação, os mercados esperam para o Brasil, neste ano, uma inflação – no acumulado dos 12 meses – em torno de 4,5%.

A greve coincide com a realização em Buenos Aires do Fórum Econômico Mundial para a América Latina.

Link:http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/46850/greve+geral+convocada+por+confederacao+na+argentina+interrompe+circulacao+de+trens+onibus+e+avioes.shtml

Em Foco V

Justiça do Chile condena à prisão 106 ex-agentes da ditadura de Pinochet

Folha de São Paulo

11/07/2017

A Justiça do Chile condenou à prisão mais de cem agentes que faziam parte da Direção de Inteligência Nacional (Dina), a polícia política dos primeiros anos da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), na maior sentença por violações de direitos humanos do período.

Os 106 agentes foram acusados de sequestro e homicídio de 16 militantes do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR, na sigla em espanhol), uma das principais organizações políticas contrárias ao regime autoritário e aliadas do presidente deposto Salvador Allende.

As penas de prisão variam entre 541 dias e 20 anos. Muitos já estão cumprindo pena por outros casos. O Estado foi condenado a pagar 5 bilhões de pesos chilenos (aproximadamente R$ 24,2 milhões) aos familiares dos mortos.

A decisão foi tomada na quinta-feira (1º) pelo juiz Hernán Crisosto, ministro visitante do colegiado de processos de violações de direitos humanos da Corte de Apelações de Santiago. A defesa dos condenados ainda pode recorrer à Suprema Corte.

Os agentes se envolveram em uma ação chamada de Operação Colombo, destinada a encobrir o desaparecimento de 119 pessoas. Eles foram presos em 1974 e 1975 e morreram após serem enviados a centros de tortura.

Na época, as autoridades chilenas criaram uma revista em Buenos Aires e um jornal em Curitiba para fazer reportagens em que mostravam o paradeiro dos militantes desaparecidos da Dina.

As informações sobre metade dos desaparecidos foram publicadas pela revista "Lea" e a outra metade, no jornal "Novo O Dia". Além disso, havia material descartando a existência de desaparecidos políticos no Chile.

As reportagens foram repercutidas pelos jornais "El Mercurio", "La Segunda" e "La Tercera", os três maiores diários chilenos à época. Mais tarde, o governo mudaria a versão, dizendo que eles teriam sido mortos em conflitos.

Segundo a Justiça chilena, foram as únicas edições dos dois meios de comunicação, o que caracterizou a manobra de desinformação.

A Operação Colombo foi um dos desdobramentos da Operação Condor, em que as ditaduras de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Financiados pelos EUA, os membros da aliança colaboravam entre si para destruir suas dissidências.

Durante o governo de Pinochet, cerca de 3.000 pessoas morreram ou desapareceram no Chile, e mais de 28 mil —incluindo a atual presidente Michelle Bachelet— foram torturados. Outras 1.210 continuam desaparecidas 27 anos após o fim do regime.

Link: http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1889700-justica-do-chile-condena-a-prisao-106-ex-agentes-da-ditadura-de-pinochet.shtml

Espaço Aberto I

A revolução venezuelana na sua hora decisiva

Por Igor Fuser*

O conflito na Venezuela ingressou num período decisivo, com todo um conjunto de sinais de que a oposição direitista optou por uma tática de "tudo ou nada" na tentativa de inviabilizar a eleição da Assembleia Constituinte, marcada para o dia 30 de julho. O objetivo da ofensiva política em curso é derrubar, por qualquer meio, o governo legítimo do presidente Nicolás Maduro.

Atos violentos que em qualquer outro lugar do mundo mereceriam a definição unânime de terrorismo foram cometidos na semana passada por milícias fascistas opositoras, sob o olhar condescendente dos jornalistas estrangeiros. A ação mais chocante foi a destruição de um depósito da rede estatal de abastecimento Mercal, com a queima de 50 toneladas de alimentos que seriam distribuídos em comunidades pobres do estado de Anzoátegui. A suprema ironia foi uma pichação pintada numa parede pelos fascistas: "No más hambre" ("Chega de fome"). Ou seja: a oposição, na busca desesperada de promover o caos, já não disfarça sua estratégia de guerra econômica. Age abertamente para agravar os problemas da escassez e da alta dos preços, com a clara intenção de culpar o governo pela crise e fragilizá-lo politicamente.

Em outra ação terrorista, na mesma semana, um grupo liderado por um ex-policial que se passou para o lado da oposição jogou granadas e disparou tiros contra a sede do Supremo Tribunal de Justiça, em Caracas, a partir de um helicóptero roubado. Só por pura sorte o episódio ficou restrito ao susto, sem vítimas. O agressor, elogiado por políticos da oposição e festejado como "herói" nas redes sociais antichavistas, ostentava na janela do helicóptero um pano com o número 350, em alusão ao dispositivo constitucional que permite – em tese – a rebelião contra qualquer governo que pratique violações aos direitos humanos. Não por acaso, na véspera do ataque, líderes oposicionistas haviam se declarado em estado de "desobediência civil" invocando justamente esse artigo da Constituição.

Escalada do terror

A atual ofensiva da burguesia venezuelana, apoiada ostensivamente pelo governo e por setores da cena política dos Estados Unidos, já completou três meses, e está muito longe de alcançar seus objetivos. A violência é empregada, em intensidade crescente, por opositores organizados em grupos armados, com treinamento militar e hierarquia de comando. Já não é simplesmente uma situação em que protestos pacíficos degeneram em confronto com policiais. É algo muito mais grave. Todos os dias, ocorrem ataques a escolas infantis, hospitais e edifícios públicos em geral, com o uso de bombas e de armas de fogo. Duas cidades tiveram suas frotas inteiras de ônibus incendiadas por esses grupos, apoiados por lideranças da oposição. Qualquer instalação pública pode se tornar um alvo – uma estação elétrica, uma delegacia de polícia, um posto de saúde, uma agência da receita federal.

A escalada do terror causou até o final de junho 92 mortes, das quais apenas 13 podem ser atribuídas às forças estatais de segurança, enquanto ao menos 24 ocorreram comprovadamente em consequência da violência opositora. Há um alto número de vítimas fatais nos ataques a estabelecimentos de comércio, quando grupos organizados incitam a população ao saque, gerando a reação dos proprietários. Várias pessoas morreram tentando ultrapassar os bloqueios de vias públicas – as famosas "guarimbas", que geralmente têm lugar em bairros ricos e em municípios administrados por partidos de direita. Há também casos de pessoas assassinadas apenas por serem chavistas, ou identificadas como tal.

O atual ciclo de instabilidade política na Venezuela teve início em janeiro de 2016, quando se instalou a nova composição da Assembleia Nacional, em que os deputados opositores, reunidos na Mesa de Unidade Democrática (MUD), formavam uma ampla maioria. Mas logo se criou um impasse, causado pela recusa da MUD em aceitar a impugnação de três de seus parlamentares, cuja eleição foi invalidada devido ao uso de fraude. Esses três deputados tomaram posse em desafio a uma ordem do Judiciário, o que deixou o Legislativo em situação irregular, conforme interpretação do Tribunal Superior de Justiça.

A bancada da MUD, majoritária na Assembleia Nacional, declarou guerra ao Poder Executivo. Em lugar de elaborar propostas de enfrentamento da crise econômica, concentrou suas energias em sucessivas tentativas

de depor Maduro por meio do impeachment, sem sucesso. Fracassou também sua campanha para convocar um referendo revogatório em que a continuidade do mandato presidencial seria submetida ao voto popular. A iniciativa naufragou diante da comprovação de que boa parte das assinaturas apresentadas à Justiça Eleitoral nas petições pelo referendo tinha sido obtida por meio de fraude.

Sem paciência para aguardar as eleições presidenciais de 2019, a oposição escolheu então o caminho do golpismo. Intensificou a sabotagem econômica, valendo-se do fato de que a maior parte da distribuição de produtos está nas mãos do empresariado, maciçamente alinhado com a direita política. Por meio da escassez artificial, do aumento dos preços e da manipulação do mercado de câmbio para desvalorizar a moeda nacional (o bolívar), os opositores têm conseguido levar adiante sua estratégia de "quanto pior, melhor", jogando nas costas do governo a culpa pelas dificuldades da economia, já abalada pela queda dos preços do petróleo.

Em paralelo, os líderes da oposição se articularam com as autoridades estadunidenses e com setores da direita em diversos países (governos, empresas, ONGs) para aplicar o cerco político e o boicote econômico à Venezuela. Uma lei aprovada recentemente no Congresso dos EUA destina US$ 9,5 milhões para financiar os grupos contrários ao governo venezuelano, sem contar o dinheiro que é encaminhado diretamente por ONGs, empresas privadas e por atores ilegais, como as milícias paramilitares da extrema-direita colombiana.

Para reforçar o apoio externo à sua causa, líderes da oposição venezuelana chegaram a se reunir com autoridades e congressistas em Washington, pedindo o envio de tropas para depor o governo do seu próprio país. Imaginem, só por hipótese, o que aconteceria se deputados estadunidenses viajassem a um país estrangeiro para pedir o uso de força militar a fim de expulsar Donald Trump da Casa Branca. Na Venezuela, chamada de "ditadura" pela mídia burguesa brasileira e internacional, os parlamentares que defendem a intervenção externa circulam em liberdade, continuam a exercer seus mandatos e se expressam diariamente pela televisão, rádio e internet.

Os golpistas brasileiros e o governo neoliberal argentino se engajaram até o pescoço nessa estratégia conspirativa, logrando que a Venezuela fosse suspensa do Mercosul. Mas a cartada mais importante, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), fracassou. O plano da diplomacia estadunidense e da direita regional era aprovar na OEA uma condenação ao governo de Maduro que significaria, na prática, o sinal verde a sanções econômicas contra a Venezuela e até mesmo a uma intervenção militar sob pretexto "humanitário". A resistência de pequenos países do Caribe, solidários à Venezuela, e de integrantes da Alba, a Aliança Bolivariana para as Américas (Bolívia, Equador, Nicarágua, Cuba), barrou essa tentativa ao negar aos EUA e seus aliados a maioria qualificada necessária à aprovação da proposta (nesse processo, a Venezuela se retirou da OEA). Registre-se aqui a irresponsabilidade da diplomacia brasileira sob a gestão de Michel Temer, indiferente ao impacto negativo que uma guerra civil na vizinha Venezuela teria para o Brasil, com o ingresso maciço de refugiados e o tráfico de armas no nosso território, entre outros problemas.

Uma chance revolucionária

Até agora, o governo Maduro, as organizações populares e os partidos comprometidos com a Revolução Bolivariana se mantêm firmes no rumo das transformações sociais iniciadas na gestão de Hugo Chávez. Mesmo sob o assédio político, o contexto econômico internacional desfavorável e a sabotagem da burguesia local, os herdeiros políticos de Chávez dão andamento aos projetos sociais em benefício da maioria desprivilegiada. Nos últimos seis anos, a Misión Vivienda entregou 1,4 milhões de novas moradias (casas e apartamentos de qualidade) a famílias de baixa renda. Os programas de saúde, educação e aposentadoria seguem em plena vigência, sem cortes. Para fazer frente à escassez, foram criados os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAPs), que fornecem alimentos subsidiados para grande parte da população.

O estado de direito permanece em vigor e o calendário eleitoral está de pé, com eleições estaduais e municipais marcadas para o final deste ano. O conflito entre os poderes gerou uma situação de crise institucional, mas em momento algum o governo desrespeitou a Constituição. A grande iniciativa de Maduro para superar o impasse político foi a convocação, no dia 1º de maio, de uma Assembleia Nacional Constituinte, em que o verdadeiro soberano – o povo da Venezuela – é chamado a tomar em suas próprias mãos os destinos do país, num momento de crise extrema. A oposição, como já era de se esperar, cerrou fileiras contra a proposta.

A rejeição à Constituinte se concentra em dois pontos. Os opositores contestam a legalidade da sua convocação por Maduro, alegando que o chamado teria de ser submetido a um referendo. Porém a atual Carta Magna é clara ao dar ao presidente esse tipo de atribuição. O segundo ponto, mais importante, diz respeito à composição da futura Assembleia Constituinte, em que dois terços dos integrantes serão escolhidos pelo método convencional, com base nos distritos eleitorais, e o terço restante das cadeiras será ocupada por

representantes de setores específicos da sociedade – trabalhadores urbanos, camponeses, empresários, indígenas e aposentados, entre outros.

A inovação significa um avanço em relação à democracia liberal – sistema político que tem como base o voto atomizado do eleitor individual, limitando-se a soberania popular ao exercício periódico do voto, sem a existência de qualquer controle posterior sobre a conduta dos representantes. A Constituinte venezuelana traz como elemento inédito a experiência de combinar as formas representativa e participativa da democracia, valorizando as instâncias coletivas de prática cidadã, como os sindicatos, os movimentos sociais, as associações corporativas e os conselhos comunitários. Os representantes setoriais prestarão contas aos seus eleitores durante o período da Constituinte e deverão encaminhar as deliberações de suas bases. Mais de 52 mil venezuelanos se candidataram às eleições da Constituinte, o que dá ideia do entusiasmo que a iniciativa despertou. De qualquer modo, a nova Constituição, quando ficar pronta, será submetida a um referendo pelo voto universal – ou seja, só entrará em vigência mediante a aprovação da maioria dos venezuelanos.

A direita teme, com razão, que a dinâmica da Constituinte abra espaço para a retomada da energia revolucionária do chavismo e para a reafirmação do projeto bolivariano de emancipação social. Por isso joga todas as fichas para impedir essas eleições. Os golpistas tratam de tensionar ao máximo a cena política na expectativa de provocar um racha entre os militares e de estender os tumultos aos bairros populares, redutos históricos do chavismo. Mas a estratégia opositora não está alcançando os resultados esperados. Todos os sinais indicam que as Forças Armadas permanecem coesas, respaldando as legítimas autoridades, e os apelos às camadas mais pobres da população para se insurgirem contra o governo têm caído no vazio. O máximo que os opositores conseguiram até o presente momento foi atrair para o seu lado a procuradora-geral da república, Luisa Ortega, que agora – invertendo totalmente suas posições anteriores – faz de tudo para bloquear a Constituinte e dificultar a punição aos opositores envolvidos em atos de violência.

Sob forte pressão, o campo governista utiliza todos os meios legais para neutralizar a ofensiva da direita. O elemento mais importante na resistência é a mobilização das bases chavistas, com a formação de comitês de autodefesa em todo o país, encarregados de proteger o patrimônio público contra o terror paramilitar. Gigantescas manifestações a favor do governo, bem maiores do que as da oposição, ocorrem com frequência, cobrindo de vermelho as ruas das principais cidades.

O tempo político na Venezuela se acelera e tudo pode acontecer nas próximas semanas. Cada momento é crucial. Ou a Revolução Bolivariana supera a paralisia burocrática dos primeiros anos após a morte de Chávez e alcança um novo patamar de radicalidade política, impondo uma derrota decisiva à burguesia e ao imperialismo, ou será esmagada de forma sangrenta, com consequências terríveis para o povo venezuelano.

(*) Igor Fuser é doutor em ciência política pela USP e professor de relações internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Bernardo do Campo (SP).

Opera Mundi, America do Sul. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/47482/a+revolucao+venezuelana+na+sua+hora+decisiva.shtml>. Acesso em 14 de julho de 2017. Todos os créditos são do autor.

Agenda Acadêmica

2º Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social

Data: 23/10/2017 **até** 25/10/2017
Local: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC
Site: http://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/

O debate crítico acerca do trabalho e das políticas sociais tem uma importância central para a formação profissional em Serviço Social, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação. Por isso, o Departamento de Serviço Social – DSS, em conjunto com o Curso de Graduação e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, convida para participar do Seminário Serviço Social, Trabalho e Política Social.

A data final para envio de trabalhos é 30 de junho.

8ª Jornada Internacional de Políticas Públicas

Data: 22/08/2017 até 25/08/2017
Local: São Luís, MA
Link: http://www.joinpp.ufma.br/

A Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) tem o propósito estratégico de estimular a produção de conhecimento, a formação de recursos humanos e favorecer a troca de experiências entre instituições e pesquisadores, em âmbito nacional e internacional. Em 2017 realizar-se-á a VIII JOINPP, cujo tema é "1917-2017: Um século de reformas e revolução".

Prazo de submissão de artigo: 02/07/2017

Lançamentos

Sader, Emir; Quartim De Moraes , João; José Arthur Giannotti – "Nós Que Amávamos Tanto o Capital - Leituras de Marx No Brasil". Boitempo Editorial, São Paulo, 2017.

Sinopse:

Coletânea de textos de Roberto Schwarz, José Arthur Giannotti, João Quartim de Moraes e Emir Sader sobre os estudos d'O capital e o impacto da leitura dessa obra na produção intelectual de cada um. A edição é resultado do Seminário Internacional Marx: a criação destruidora, realizado pela Boitempo em parceria com o Sesc São Paulo em 2013, que recuperou os eventos ocorridos entre 1956 e 1964, quando um grupo de jovens professores da Universidade de São Paulo (USP) dá início ao estudo da obra de Marx. Esses estudos, ficaram conhecidos como "Seminários Marx".

Marx, Karl - "Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844". Expressão popular, São Paulo, 2017.

Sinopse:

Na trajetória de Karl Marx o breve período em que o autor de O Capital viveu em Paris (Outubro/Novembro de 1843/fevereiro de 1845) impactou decisivamente os rumos que sua vida e sua obra tomariam. Naqueles meses, o jovem filósofo iniciou seus estudos de Economia Política, travou contato com o movimento operário e aproximou-se de Friedrich Engels, a partir daí, seu camarada de ideias e de lutas. É então onde o pensamento de Marx começa a experimentar, num complicado processo que haverá de se estender por cerca de dois anos mais, a grande inflexão que dará o sentido e o significado definitivo à sua vida e à sua obra: à dedicação à causa revolucionária dos trabalhadores e a elaboração da crítica da Economia Política.

A historiografia reconhece que os registros dos momentos inaugurais deste complexo processo teórico-político está consignado em dois textos daquele período: os Cadernos de Paris os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, que permaneceram inéditos por décadas (só integralmente publicados em 1932). Os primeiros foram redigidos como notas de leitura, simples apontamentos para uso pessoal do autor, e os segundos como esboço de um livro nunca concluído (e nos chegaram fragmentos, com passagens de difícil interpretação). Embora diferentes na forma, tais documentos guardam elementos temáticos comuns, constituindo um conjunto unitário: é neles que Marx, na sua original aproximação crítica à Economia Política, formulada a partir de uma perspectiva filosófica-antropológica, estabelece os fundamentos da sua teoria da alienação.

As polêmicas que até hoje cercam os Manuscritos…justificam plenamente mais esta edição em português. Sobretudo porquê, pela primeira vez em nossa língua, a sua leitura pode ser subdisiada com o recurso a anotação dos Cadernos…, até agora inéditos em vernáculo. Com a publicação destes dois textos – antecedidos por longa apresentação do Profº José Paulo Netto e com os Manuscritos… submetidos à competente revisão técnica do Profº Sérgio Lessa -, a Expressão Popular, na sua continuidade de fomentar a batalha das ideias, oferece aos estudiosos da obra de Karl Marx mais um instrumento de trabalho certamente indispensável.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. Rio de Janeiro, Expressão Popular, 2017.

Sinopse:

Entende-se por movimento negro contemporâneo grupos e organizações que, no país, desenvolvem a luta e o combate ao racismo desde os primórdios da década de 1970. Tomou-se esse período como ponto de partida por ele determinar o marco da reinserção do Movimento Negro no cenário político ao apontar as relações raciais como um dos principais aspectos das contradições existentes entre a sociedade e o Estado no Brasil. Tal movimento tem como uma de suas estratégias a denúncia da discriminação, do preconceito e do racismo existente no país e o desmascaramento da farsa da democracia racial alardeada pela ditadura militar – no Brasil não existia racismo!

Quarenta anos depois, podemos afirmar que essas estratégias foram exitosas e influenciaram e tornaram possíveis mudanças nas condições de vida e trabalho da população negra em anos recentes. A pretensa democracia racial tornou-se indefensável e o racismo é visto como um dos impasses a se rem solucionados para a construção de um Brasil mais justo e igualitário. Vários foram os pensadores socialistas e de esquerda, negros e brancos, homens e mulheres, que contribuíram para a formação dos ativistas que construíram e constroem esse movimento. Florestan Fernandes foi um deles. Um lutador socialista e de esquerda que destinou seu prestígio e autoridade teórica e política em favor da luta de combate ao racismo.

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenação de Produção
Paulo Roberto de Andrade Castro
(PROEALC/CCS/UERJ)
Thais Nascimento Gomes
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Arthur M. A. Batalha (PROEALC/CCS/UERJ)
Ana L. B. Silva (ISERJ/FAETEC)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.